



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS  
**CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

**192ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA**

**17 DE FEVEREIRO DE 2011**

**ATA**

1 Aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e onze, no auditório do 8º  
2 Andar da Torre "A", do Edifício Parque Cidade Corporate, situado no Setor Comercial  
3 Sul - B, Quadra 9, Lote C, em Brasília, Distrito Federal/DF, reuniu-se o Conselho  
4 Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, para a realização da  
5 Centésima Nonagésima Segunda Assembleia Ordinária, sob a presidência do Sr. Fabio  
6 Feitosa da Silva. **Estiveram presentes os Conselheiros Governamentais Titulares:**  
7 Sr. Ivanildo Tajra Franzosi – Representante da Casa Civil da Presidência da República;  
8 Sra. Carmen Silveira de Oliveira – Representante da Secretaria de Direitos Humanos  
9 da Presidência da República/SDH e Vice-Presidente do CONANDA; Sra. Maria de  
10 Lourdes Magalhães – Representante do Ministério da Saúde/MS; Sra. Rosiléa Maria  
11 Roldi Wille – Representante do Ministério da Educação/MEC; Sra. Geórgia Maria  
12 Guimarães de Oliveira – Representante do Ministério da Fazenda/MF; Sra. Danielle  
13 Fermiano dos Santos Gruneich – Representante do Ministério do Esporte/ME. Os  
14 **Conselheiros Governamentais Suplentes:** Sra. Juliana de Moura Gomes –  
15 Representante do Ministério das Relações Exteriores/MRE; Sr. Francisco Antonio de  
16 Sousa Brito – Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à  
17 Fome/MDS; Sr. Paulo Vieira – Representante do Ministério do Esporte/ME. **Os**  
18 **Conselheiros Não-Governamentais Titulares:** Sr. Fabio Feitosa da Silva –  
19 Representante da União Brasileira de Educação e Ensino/UBEE e Presidente do  
20 CONANDA; Sra. Raimunda Núbia Lopes da Silva – Representante da Central Única  
21 dos Trabalhadores/CUT; Sra. Miriam Maria José dos Santos – Representante da  
22 Inspeção São João Bosco – Salesianos; Sra. Aracélia Lúcia Costa – Representante da  
23 Federação Nacional das APAE's/FENAPAES; Sra. Iralda Cassol Pereira –  
24 Representante da Sociedade Literária Caritativa Santo Agostinho/SLCSA; Sra.  
25 Maristela Cizeski – Representante da Pastoral da Criança - Organismo de Ação Social  
26 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil/CNBB; Sra. Helen Crystine Corrêa

27 Sanches – Representante da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da  
28 Justiça, da Infância e da Juventude/ABMP; Sr. Carlos Nicodemos – Representante do  
29 Movimento Nacional de Direitos Humanos/MNDH; Sr. Andrea Franzini – Representante  
30 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil/CNBB/Pastoral do Menor; Sr. Marco  
31 Antônio da Silva Souza – Representante do Movimento Nacional de Meninos e  
32 Meninas de Rua; Sr. Sérgio Eduardo Marques da Rocha – Representante das Aldeias  
33 Infantis SOS/Brasil; Sra. Renata Rodrigues Flores Alves – Representante da  
34 Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços; Sra. Tiana Sento-Sé –  
35 Representante do Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social/IBISS. **Os**  
36 **Conselheiros Não-Governamentais Suplentes:** Sr. José Rubens do Amaral Zaitune  
37 – Representante da Sociedade Brasileira de Pediatria/SBP; a Sra. Carla Simone  
38 Miranda Borges – Representante da Federação Nacional das Associações para  
39 Valorização de Pessoa com Deficiência/FENAVAPE; Sra. Paula Passos Fernandes de  
40 Carvalho – Representante da Fundação ORSA; Sra. Alessandra Marco Francoes –  
41 Representante da ONG Criança Segura. **Os Convidados:** Sra. Maria do Rosário  
42 Nunes – Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência  
43 da República/SDH; Sra. Paula Rosa – Representante da Rede ANDI Brasil; Sr.  
44 Raphael Gomes – Representante da Rede ANDI Brasil; Sr. Otto de Quadros –  
45 Representante do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente/FNDCA;  
46 Sr. Vitor Benez Pegler – Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança  
47 e do Adolescente do Estado de São Paulo; Sra. Carolina Mendonça Groba –  
48 Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do  
49 Estado de São Paulo; Sr. Alexandre Avelino Pereira, Representante da Secretaria de  
50 Direitos Humanos da Presidência da República. A **Coordenação-Geral do CONANDA:**  
51 Luís Otávio Daloma – Coordenador-Geral do CONANDA; Hélio Castro – Assessor da  
52 Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do  
53 Adolescente/SNPDCA. **PAUTA:** 1) Conversa com a Ministra de Estado Chefe da  
54 Secretaria de Direitos Humanos, Sra. Maria do Rosário; 2) Posse dos Conselheiros do  
55 CONANDA Biênio 2011/2012. **ABERTURA.** Após verificação do quórum regimental, o  
56 Sr. Fabio Feitosa da Silva iniciou os trabalhos cumprimentando a todos e relatando a  
57 pauta acima. Após, a pedido da Ministra Maria do Rosário Nunes, solicitou aos demais  
58 conselheiros e participantes desta que se apresentassem. Neste ínterim, a Conselheira  
59 Geórgia solicitou que o MME, seu Ministério de origem, integrasse o CONANDA. Isto  
60 feito, cedeu a palavra à Ministra, que destacou a satisfação de participar daquele  
61 momento e que a infância brasileira foi o que a trouxe para a titularidade da Secretaria  
62 de Direitos Humanos e ao CONANDA, o que possuía muita relevância. Afirmou que

63 acreditava firmemente que todas as causas conseguiam compreender a necessidade de  
64 superar a fragmentação vivenciada pela especialização obtida na defesa dos direitos  
65 humanos no último período. Destacou o fundamento da indivisibilidade e da  
66 universalidade dos direitos humanos, que se iniciavam com o ser humano, tendo a sua  
67 gênese na infância e sendo essencial para o desenvolvimento do trabalho pretendido.  
68 Apontou que a meta da SDH, no próximo período, era de uma secretaria de profunda  
69 interação para os direitos humanos em todas as áreas e, de modo especial e concreto,  
70 na área da infância. Destacou o abandono familiar, social e exploração das crianças e  
71 adolescentes. Portanto, as políticas públicas representadas pelo Governo Brasileiro e a  
72 atuação da sociedade nas diferentes áreas indicavam a necessidade de priorizar os  
73 aspectos trazidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente na ação real de Governo  
74 e na ação da sociedade, integrados. O grande esforço dessa secretaria seria que a  
75 prioridade para crianças e adolescentes não seja exercida exclusivamente pela  
76 Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente/SPDCA,  
77 mas que a SDH, como um todo, compreendia a interação entre os diferentes temas e a  
78 agenda da infância como sua prioridade. Ressaltou a necessidade do tema também ser  
79 discutido no Ministério de Minas e Energia/MME, considerando as grandes obras  
80 fiscalizadas por aquele ministério. Afirmou que sua expectativa era que os conselheiros  
81 estivessem em uma mesma mesa, preservando a própria autonomia do conselho, mas  
82 estabelecendo pactos, a fim de garantir a transparência das ações do conselho,  
83 inclusive aquelas que não lograram êxito. Devia-se reafirmar o caráter deliberativo e de  
84 formulação das políticas, com o objetivo de deliberar a partir de uma profunda reflexão  
85 sobre as questões do país, bem como o plano de enfrentamento e erradicação da  
86 miséria do Governo Federal. Reafirmou que seria feito um debate político no Conanda  
87 sobre o estado brasileiro e as suas responsabilidades com as crianças brasileiras, com  
88 a juventude brasileira e as violências que as acometiam. Sugeriu algumas tarefas aos  
89 conselheiros governamentais dentro dos seus órgãos, bem como o representante do  
90 Ministério da Saúde e da Educação, afirmando que o CONANDA não tratava-se de um  
91 instrumento da SDH, mas da sociedade civil, do governo e do estado brasileiro,  
92 ressaltando que se o governo prestava contas ao CONANDA, à sociedade caberia a  
93 mesma incumbência. Lembrou os vinte anos de existência CONANDA ressaltando que  
94 a juventude tinha que ocupar seu lugar na defesa dos direitos de crianças e  
95 adolescentes e, conseqüentemente, atuante no Conselho. Indicou que batalharia para  
96 não haver o corte orçamentário para as políticas de crianças e adolescentes. E propôs  
97 o balanço das Ações do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo/SINASE,  
98 com uma maior participação do MEC. Justificou a indicação do Sr. Luiz Otávio para a

99 coordenação-geral do CONANDA, esclarecendo que desconhecia que a indicação do  
100 coordenador-geral deveria ter sido apreciado pelo CONANDA, porém, destacou que o  
101 mesmo teve como norteador de sua trajetória a defesa dos direitos de crianças e  
102 adolescentes. Todavia, respeitaria a deliberação do Conselho a respeito do tema, mas  
103 solicitou o apoio ao nome do já indicado. Por derradeiro, informou que a Presidenta da  
104 República assinou decreto, a partir do trabalho das Aldeias SOS em Nova Friburgo e  
105 toda a região afetada pelas tempestades, determinando a criação de grupo de trabalho  
106 para discutir procedimentos na eventualidade de calamidades. Com isso, sugeriu uma  
107 discussão de uma hora sobre o referido tema. Após, o Sr. Fabio Feitosa da Silva  
108 afirmou que o Conselho nunca foi contrário à indicação do Sr. Luís Otávio, destacando  
109 a competência do mesmo e lhe dando as boas vindas. Ressaltou os avanços logrados  
110 pelo CONANDA no último biênio, tal como a aprovação de 11 resoluções e o  
111 fortalecimento do conselho perante os demais conselhos do país. Após, pautou  
112 algumas problemáticas e proposições enfrentadas pelo Conselho: Como é vista a  
113 autonomia dos conselhos e do Conselho pela Ministra?; Sobre a questão da estrutura e  
114 funcionamento do conselho; A prioridade da conferência ou das conferências, mais da  
115 conferência nacional; A questão do orçamento, não cortes; Participação expressiva dos  
116 conselheiros governamentais na plenária e nas comissões; Fortalecimento do  
117 CONANDA junto aos conselhos estaduais; Fortalecimento interconselhos;  
118 Fortalecimento da Secretaria Executiva do CONANDA; Resgate do termo de  
119 compromisso para uma futura conversa com a Presidenta; Acesso da sociedade civil à  
120 Ministra da SDH; Documento encaminhado pelo Fórum Nacional DCA à Presidenta  
121 Dilma; Envio do Relatório Internacional sobre os direitos humanos de crianças e  
122 adolescentes; Reforma Política; Estratégias para a implantação do plano Decenal.  
123 Todavia, a Conselheira Miriam Maria José dos Santos sugeriu prorrogar o prazo de  
124 entrega das proposições para o PPA. O Conselheiro Carlos Nicodemos destacou a  
125 necessidade de reconhecer os conselheiros de direitos como entidades, órgãos que  
126 fazem parte da estratégia do estado brasileiro para reafirmar os direitos humanos,  
127 especialmente de crianças e adolescentes, como o maior desafio da modernidade e da  
128 redemocratização. A Conselheira Helen Crystine Corrêa Sanches afirmou que deixava  
129 a representação da ABMP com a esperança de que o Conselho pudesse, de fato,  
130 avançar na afirmação e consolidação da democracia a partir do modelo de participação  
131 popular dos conselhos. Com relação ao papel do CONANDA, destacou a necessidade  
132 de identificar porque o CONANDA especificamente enfraqueceu, porque foram  
133 dispendidos dois anos para discutir a resolução que estabelece parâmetros para o  
134 funcionamento dos conselhos tutelares, órgão de proteção no município, que ainda não

135 havia sido publicada, porque o parlamento não convocava o Conanda para as  
136 discussões das matérias pertinentes ao direito da criança e do adolescente. Apontou  
137 que o discurso colocado era o da unidade e não o da segmentação para a garantir a  
138 autonomia e o papel deliberativo no CONANDA. Por fim, destacou que continuaria à  
139 frente da ABMP liderando e lutando em prol da garantia de direitos humanos de  
140 crianças e adolescentes e no sentido de contribuir com o CONANDA diretamente, mas  
141 com o Governo Brasileiro. O Conselheiro Ivanildo Tajra Franzosi sugeriu e se  
142 prontificou a auxiliar o CONANDA na sua reformulação política e avaliar a atual  
143 composição. O Conselheiro José Rubens do Amaral Zaitune sugeriu ação do  
144 CONANDA no sentido de erradicar a propaganda de bebidas alcoólicas, ponderando  
145 que foi divulgado estudo da OMS indicando que o álcool era a principal causa de morte  
146 entre crianças e adolescentes. Lembrou que nem todas as crianças e adolescentes não  
147 tinham acesso ao serviço de saúde e vacinas não eram disponibilizadas aos mesmos.  
148 Destacou que 85% das mães de crianças desnutridas mostram um quadro de  
149 sobrepeso ou peso normal. Dado esse a se pensar na formulação de políticas. O  
150 Conselheiro Andrea Franzini sugeriu à Ministra que tratasse o direito à participação de  
151 crianças e adolescentes não como uma ação, mas como objetivo estratégico de sua  
152 gestão. A Conselheira Maristela solicitou que a Ministra desse ênfase à garantia do  
153 orçamento destinado às ações para a criança e o adolescente. A Conselheira  
154 Raimunda Núbia Lopes da Silva reafirmou a importância da objetividade das reuniões  
155 do CONANDA, necessitando maior estrutura física e pessoal. Destacou que era  
156 prioridade absoluta para o Conselho era a finalização do Plano Decenal, a fim de que o  
157 mesmo fosse contemplado no PPA. Solicitou a articulação da Ministra para agilizar no  
158 parlamento um dos objetivos estratégicos do Plano, que seria o ensino do ECA na  
159 educação infantil e adolescente. A Conselheira Rosiléa Maria Roldi Wille reafirmou a  
160 importância do direito à participação das crianças e dos adolescentes, lembrando que  
161 ocorreriam no corrente ano 13 conferências nacionais. O Conselheiro Marco Antônio da  
162 Silva Souza reafirmou também a importância de criar uma cultura de participação de  
163 crianças e adolescentes no debate político do país, mas, para tanto, era necessário  
164 fortalecer a estrutura do CONANDA, além de realizar a reforma política do mesmo.  
165 Considerando a escassez do tempo, a Ministra Maria do Rosário Nunes propôs  
166 responder às questões colocadas em uma reunião informal antes da próxima  
167 assembleia. Aprovada a proposição, ficou pendente a escolha de uma data para tal  
168 conversa. Na sequência, o Conselho deliberou e aprovou a Resolução que alterava o  
169 Inciso IV, do Artigo XII do Regimento Interno do CONANDA, visando a mudança das  
170 datas de realização da Conferência Nacional dos Direitos das Crianças e dos

171 Adolescentes, passando a vigorar com a seguinte redação: *Inciso IV Convocar*  
172 *ordinariamente a cada três anos a Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do*  
173 *Adolescente para avaliar e deliberar a política nacional de atendimento dos direitos da*  
174 *Criança e do adolescente.* O Conselheiro Carlos Nicodemos, em nome dos  
175 representantes da sociedade civil, solicitou a publicação da Resolução nº 139 antes  
176 mesmo da publicação da resolução acima. Isto posto, a resolução foi aprovada por  
177 unanimidade. Com isso, a Ministra reassumiu o compromisso de publicar a Resolução  
178 nº139. Em seguida, o Conselho deliberou por realizar a posse da presidência, vice-  
179 presidência do CONANDA e membros das comissões permanentes na próxima  
180 assembleia. Com isso, a Ministra fez uma palavra de agradecimento a todos.  
181 **Encerramento.** Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente Fabio Feitosa da Silva  
182 encerrou a reunião.